

... continuação

reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. 3.6.15. Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração inicial: Os saldos a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que se originam. Todos os demais ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. A mensuração inicial dos ativos e passivos financeiros se dá, geralmente, pelos valores justos destes itens, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contábil a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. Classificação e mensuração subsequente: a) Ativos financeiros: Conforme dispositivos trazidos pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, as operações de ativos financeiros são classificadas nas seguintes categorias: • Custo amortizado: quando os ativos financeiros são mantidos para recebimento de principal e juros; • Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: quando os ativos financeiros são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por recebimento de principal e juros, quanto para uma venda; ou • Valor justo por meio do resultado: utilizada para ativos financeiros que não atendam a nenhum dos critérios descritos acima. Os ativos financeiros são revertidos quando: i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ii) transferência de seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro e (a) tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. b) Passivos financeiros: Os passivos financeiros são classificados conforme abaixo: • Custo amortizado: principalmente destinado ao reconhecimento de passivos financeiros que não sejam mantidos para negociação, não sejam derivativos e que não tenham sido designados, em seu reconhecimento inicial, sob a opção de valor justo; ou • Valor justo: utilizado para o reconhecimento dos passivos financeiros mantidos para negociação e aqueles que, em seu reconhecimento inicial, foram designados de valor justo através do resultado ou por meio de outros resultados abrangentes, a depender da natureza que originar tal alteração. A baixa de passivos é realizada quando a obrigação ou o passivo é extinto, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo montante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como uma reversão do valor reconhecido originalmente como passivo, e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. 3.6.16. Provisões: Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando se possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimado de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. 3.7. Novos pronunciamentos e interpretações ainda não adotadas: Uma série de novas normas serão efetivadas para exercícios iniciados em 01/01/2023. A Companhia avaliou e ainda não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, porque entende que não haverá impacto relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia: • Alteração das normas IAS 1 (CPC 26) - Apresentação das Demonstrações Financeiras e Declaração da Prática 2 da IFRS - Exercendo Julgamentos de Materialidade - Divulgação de Políticas Contábeis; vigência a partir de 01/01/2023; e • Alterações à IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro - Definição de Estimativas Contábeis. Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado nesta Companhia.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa: A composição do saldo apresentado como caixa e equivalentes de caixa é como segue:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2022, 2021. Rows: Caixa, Bancos, Aplicações financeiras de liquidez imediata (a), Total.

5. Aplicações Financeiras/Depósitos Vinculados

Table with columns: Consolidado, 2022, 2021. Rows: BASA (i), Banco Santander (ii), Total.

6. Contas a Receber - Referem-se à contraprestação mensal de serviços de construção, fornecimento de equipamentos, manutenção e gestão dos serviços não assistenciais principalmente junto ao poder concedente, com vencimento mensal. Estes recebimentos são realizados mensalmente e estão de acordo com o contrato de concessão dos Hospitais ou o contrato de prestação de serviços de gestão administrativa.

Table with columns: Consolidado, 2022, 2021. Rows: Secretaria de Estado da Saúde das Amazonas (SUSAM) - (a), Prefeitura de Belo Horizonte - (b), Sociedade Beneficente Israelita Brasileira - (c), Outros, Ajuste a valor presente, Circulante, Não Circulante.

9.2. Detalhes do saldo dos investimentos

Table with columns: Ativo, Passivo, Patrimônio líquido, Mais valia, Amort. mais valia, Receita bruta, Resultado do período, Equivalência Patrimonial, Saldo dos investimentos. Rows: ONM Health, OZN Health, Opy Serviços.

Metropolitano Dr. Célio de Castro. Deste montante, R\$ 10.166 referem-se à contraprestação pública do mês corrente, e R\$ 77 do montante de R\$ 220, classificado como outros, referem-se ao recebimento de receitas acessórias. Conforme estabelecido no 9º termo aditivo ao contrato de concessão, c) Referem-se às contas a receber junto ao Hospital Municipal de Aparecida de Goiânia - HMAP sob a gestão da Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein, entidade privada conforme contrato de prestação de serviços de gestão, administração e acompanhamento de serviços não assistenciais do hospital com vigência de 01/06/2022 a 01/06/2027. Em 31/12/2022 e de 2021, a Companhia e suas Controladas não possuíam contas a receber dado como objeto de garantias de dívidas. A Administração da Companhia e suas Controladas, revisam a cada fechamento contábil o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. A Companhia entende que suas contas a receber representam direitos a receber adquiridos em contrapartida à conclusão ou atendimento de suas obrigações e direitos contratuais. O saldo a receber, classificado pelo prazo de vencimento em 31/12/2022 e de 2021, está distribuído conforme demonstrado a seguir:

Table with columns: Consolidado, 2022, 2021. Rows: Valores a Vencer, Vencidos, De 1 a 180 dias, De 181 a 360 dias, Acima de 360 dias.

7. Impostos a Recuperar - Os saldos de impostos a recuperar podem ser assim demonstrados:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2022, 2021. Rows: PIS/COFINS (a), IRPJ/CSLL - ONM Health, IRPJ/CSLL - OZN Health (b), IRRF - juros sobre capital próprio, IRRF - sobre aplicações financeiras, IRRF - sobre prestação de serviços, Outros, Circulante, Não circulante.

8. Ativo Financeiro - Referem-se às parcelas de valores a receber decorrentes dos contratos de concessão assinados junto aos poderes concedentes, sendo a Prefeitura de Belo Horizonte (ONM Health) e a Secretaria de Estado da Saúde do Amazonas - SUSAM (OZN Health). Os direitos de concessão foram classificados como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa diretamente do Poderes Concedentes, pelo prazo de 20 anos, decorrente da aplicação das interpretações técnicas ICPC 01 (R1) - Contrato de Concessão e CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. A Companhia e suas Controladas esperam manter o ativo durante todo seu prazo de concessão para receber os fluxos de caixa contratualmente estabelecidos.

Table with columns: ONM Health, OZN Health, Consolidado, Saldo em 1/01/2021, Remuneração, Atualização monetária do ativo financeiro (a) e (b), Adições, Saldo em 31/12/2021, Saldo em 1/01/2022.

9. Investimentos - Referem-se aos investimentos em controladas avaliadas por equivalência patrimonial.

9.1. Movimentação dos saldos/histórico da transação

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2022, 2021. Rows: Saldo inicial, Constituição Opy Serviços hospitalares S.A., Amortização mais valia - OZN, Amortização mais valia - ONM, Recebimento de dividendos, Cancelamento de dividendos, Dividendos propostos a receber (a), Recebimento juros sobre capital próprio, Equivalência patrimonial, Saldo final.

10. Intangível - O Intangível pode ser assim demonstrado:

Table with columns: Consolidado, 2022, 2021. Rows: Softwares e outros, Direito de uso (a), Mais valia - Concessão ONM, Mais valia - Concessão OZN.

11. Fornecedores

Table with columns: Consolidado, 2022, 2021. Rows: Fornecedores Confirming - Cessão de crédito (a), Ajuste valor presente - confirming, Fornecedores - terceiros, Total.

(a) Fornecedores "confirming": A Companhia possui convênio de confirming com instituições financeiras para gerar seus compromissos com fornecedores estratégicos que permanecem como "fornecedores confirming" até a extinção desta obrigação. Nessa operação os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para instituição financeira com taxa de 1,24% e em troca recebem antecipadamente esses recursos da instituição financeira que, por sua vez, passam a ser credoras da operação, mantendo os mesmos prazos e valores acordados na transação comercial. A Companhia revisou a composição da sua carteira e concluiu que não houve alteração de prazos, preços e condições e não há impactos de encargos financeiros, pois todos os custos financeiros deste convênio são de responsabilidade exclusiva dos fornecedores. Importante destacar que a antecipação do recebível é uma alternativa de recebimento para fornecedor (em contrapartida a política de compras da Companhia que prevê prazo de pagamento em 90 dias).

12. Empréstimos e Financiamentos - A composição dos saldos de obrigações com empréstimos e financiamentos, em 31/12/2022 e de 2021, é demonstrada a seguir:

Table with columns: Instituição financeira, Companhia, Modalidade, Data da captação, Aditivo, Vencimento, Juros e encargos (a.a.), Valor captado, Posição atualizada em 2022, 2021.

13. Debêntures e Encargos Financeiros - Em 20/08/2021 a ONM emitiu debêntures simples, não conversíveis em ações de espécie quirográfrica, no valor de R\$ 60.000 (sessenta milhões de reais), as quais serviriam de lastro para operação de securitização onde a empresa Virgo emitiu certificados de recebível imobiliário (CRI), pelo prazo de 10 anos, custo de IPCA + 7,3557%, e com carência de 12 (doze) meses para pagamento de principal. Os recursos captados por meio das Debêntures serão integralmente destinados ao pagamento das despesas diretamente relativas às obras de expansão, desenvolvimento, reforma e/ou de manutenção do Hospital Metropolitano Dr. Célio de Castro, objeto do contrato de concessão da Companhia. A operação tem carta fiança como garantia da operação, no valor de 3 (três) parcelas vincendas da dívida em benefício dos titulares do certificado de recebível imobiliário junto a securitizadora da operação, Virgo Companhia de Securitização. Além disso, as garantias da concessionária (i) direitos de recebimento creditório da caução correspondente à 3 (três) contraprestações, conforme cláusula 20.1.1 do Contrato de Concessão; (ii) direito dos recebimentos dos créditos decorrentes do "Contrato de Penhor", conforme cláusula 20.1.2 do Contrato de Concessão; e (iii) alienação fiduciária das ações da controladora Opy Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A. A operação é regida pelos seguintes documentos: (i) contrato de distribuição; (ii) escritura de emissão de debêntures; (iii) escritura de emissão de cédula de certificado imobiliário; (iii) termo de securitização; (iv) contrato de cessão fiduciária; e (v) contrato de alienação fiduciária, incluindo todos os seus anexos e aditamentos. O montante total do principal está apresentado líquido dos custos com a emissão das debêntures, conforme previsto no pronunciamento técnico CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários.

Table with columns: Instituição financeira, Companhia, 2021, Adições, Custos de Transação Líquido, Pagamentos, Adições, Bônus de adimplência, Pagamentos, 2022.

14. Impostos e Contribuições a Recolher

Table with columns: Modalidade, Data da captação, Data de vencimento, Juros e encargos (a.a.), Valor captado, Posição em 2022, 2021.

15. Juros e Encargos

Table with columns: Principal, Custos de Transação Líquido, Pagamentos, Adições, Bônus de adimplência, Pagamentos, 2022.

16. Juros e Encargos

Table with columns: Debêntures emitidas, Juros contrato, Amortização Juros contrato, Custo com emissão debêntures, Principal, Adições, Pagamentos, Bônus de adimplência, Pagamentos, 2022.

17. Juros e Encargos

Table with columns: Debêntures emitidas, Juros Contrato, Amortização juros contrato, Custo com emissão debêntures, Principal, Adições, Pagamentos, Bônus de adimplência, Pagamentos, 2021.

18. Juros e Encargos

Table with columns: PIS a Recolher, Cofins a recolher, ISS a recolher, PIS e COFINS a recolher - Parcelamento (a), IRPJ a recolher, CSLL a recolher, Controladora, Consolidado, 2022, 2021.

continua...



... continuação

Opy Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A.

atualizadas anualmente pelo IRC (Índice de reajuste de contraprestação), na mesma data dos reajustes da contraprestação pública máxima. A garantia atual corrigida tem valor de R\$ 3.341. **OPY Serviços Hospitalares S.A.** A OPY Serviços mantém cobertura de seguros em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre responsabilidade civil dos seus serviços prestados, apólice de seguros referentes aos riscos contratados está demonstrada no quadro abaixo:

Seguradora	Categoria	Apólice	Vigência	Valor
Austral Seguradora S/A	Resp. Civil	024612022000203510000146	nov/2022 a nov/2023	5.000

29. Transações que não Envolvem Caixa e Equivalentes de Caixa – A companhia realizou as seguintes atividades não envolvendo caixa, portanto, estas não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Dividendos a receber	15.453	26.454	-	-
Dividendos a pagar	67.701	117.951	67.701	117.951
Tributos calculados às alíquotas nominais	83.154	144.405	67.701	117.951

30. Eventos Subsequentes – Até a data de emissão do relatório, não houve nenhum evento subsequente significativo que possa gerar algum impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31/12/2022.

31. Aprovação das Demonstrações Financeiras – As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas pela Diretoria da Companhia em 17/03/2023.

como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Campinas, 17 de março de 2023.

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011.609/0-8
Danilo Namura Lombardoso
Contador CRC nº 1 SP 278829/0-3

Deloitte.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Conselheiros, Acionistas e Administradores da OPY Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da OPY Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31/12/2022 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da OPY Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A. em 31/12/2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br



BRDOCS

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira no lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 25/04/2023

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Distribuidora e Importadora Irmãos Avelino S.A.

CNPJ nº 02.814.340/0001-81

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 30/06/2022 e de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)											
BALANÇOS PATRIMONIAIS				DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Ativo	Notas	30/06/2022	30/06/2021	Notas	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Ágio em transações de capital	Reserva de lucros	Total	
Circulante		102.019	57.551		10.094	2.399	241	(1.732)	29.876	40.878	
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.856	7.499		-	-	-	-	1.624	1.624	
Contas a receber	4	48.342	21.787	17.2	-	-	81	-	(81)	-	
Estoques	5	45.310	22.412	17.3	-	-	-	-	(463)	(463)	
Tributos a recuperar	-	5.670	4.537	17.4	-	(2.399)	-	-	2.399	-	
Créditos diversos	-	841	1.316		10.094	-	322	(1.732)	33.355	42.039	
Não circulante		89.249	27.278		-	-	-	-	776	776	
Partes relacionadas	14	487	763		-	-	-	-	(39)	-	
Depósitos judiciais	-	223	351	17.2	-	-	39	-	(465)	(465)	
Investimentos	6	93	93		-	-	-	-	-	-	
Imobilizado	7	14.597	7.689		10.094	-	361	(1.732)	33.627	42.350	
Intangível	8	58.193	13.465		-	-	-	-	-	-	
Direito de uso de arrendamento	9	15.656	4.917		-	-	-	-	-	-	
Total do ativo		191.268	84.829								
Passivo e patrimônio líquido		191.268	84.829								
Circulante		81.645	34.059								
Fornecedores	-	50.586	22.117						943	1.088	
Empréstimos e financiamentos	10	15.131	800						3.153	455	
Obrigações trabalhistas	-	4.604	2.264						1.541	1.463	
Obrigações tributárias	11	2.432	570						79	(162)	
Partes relacionadas	14	117	3.036						1.425	286	
Adiantamento de clientes	-	1.711	516						13	(33)	
Arrendamento mercantil	12	2.598	3.011						(807)	(288)	
Contas a pagar	13	4.466	1.745						-	533	
Não circulante		67.273	8.731						7.123	7.505	
Empréstimos e financiamentos	10	45.274	1.428						(17.069)	(4.643)	
Obrigações tributárias	11	472	692						(15.323)	(3.672)	
Partes relacionadas	14	46	47						(56)	(1.580)	
Provisão para demandas judiciais	16	240	161						233	(47)	
Contas a pagar	13	7.292	2.531						11.819	8.189	
Arrendamento mercantil	12	13.949	3.872						955	(1.579)	
Patrimônio líquido		42.350	42.039						8.358	4.233	
Capital social	17.1	10.094	10.094						2.616	(1.873)	
Reserva legal	-	361	322						(6.576)	6.533	
Ágio em transações de capital	-	(1.732)	(1.732)						10	(140)	
Reserva de lucro	-	33.627	33.355						(6.576)	6.393	
Total do passivo e patrimônio líquido		191.268	84.829								

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS											
	Notas	30/06/2022	30/06/2021		Notas	30/06/2022	30/06/2021		30/06/2022	30/06/2021	
Receita operacional líquida		18	398.395			18	204.320				
Custo das mercadorias vendidas		-	(315.893)			-	(159.537)				
Lucro bruto			82.502				44.783				
Receitas/ (despesas) operacionais											
Despesas gerais e administrativas	19	(53.927)	(27.973)								
Despesas comerciais	19	(25.524)	(13.502)								
Resultado de equivalência patrimonial	6.1	807	288								
Lucro antes das despesas e receitas financeiras			3.858				3.596				
Despesas financeiras	20	(7.607)	(2.634)								
Receitas financeiras	20	4.525	3.201								
Lucro antes do IRPJ e CSLL			776				4.163				
IRPJ e CSLL - corrente e diferido	15	-	(2.539)								
Lucro líquido do exercício			776				1.624				
Lucro por lote de mil ações (em Reais)			0,08				0,16				

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES											
	Notas	30/06/2022	30/06/2021		Notas	30/06/2022	30/06/2021		30/06/2022	30/06/2021	
Lucro líquido do exercício			776				1.624				
Outros resultados abrangentes			-				-				
Resultado abrangente do exercício			776				1.624				

pelos métodos de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para demandas judiciais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações financeiras, da Companhia para o exercício findo em 30/06/2022, foram autorizadas para emissão pela diretoria em 09/02/2023, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data. A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação das demonstrações financeiras. 2.2. Principais políticas contábeis: 2.2.1. Apuração do resultado: O resultado das operações (receita, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos períodos. A receita compreende o valor presente das vendas, reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômico-futuros serão gerados e quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável e todos os riscos e benefícios significativos são transferidos ao comprador. 2.2.2. Caixa e equivalentes de caixa: Compreendem os saldos de dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com prazo de resgate de até 90 dias da data da aplicação. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos e deduzido do IRPJ sobre futuros resgates até a data do balanço patrimonial, que se aproximam de seus valores justos. A Companhia não possui operações com aplicações financeiras de natureza decorrente de derivativos ou cotados no mercado ativo. 2.2.3. Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. A Companhia utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso para agrupamentos de vários segmentos de clientes que apresentam padrões de perda semelhantes. A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia, sendo esta revisada de forma prospectiva para adequar-se a experiência histórica de perda de crédito. Em todas as datas de relatórios, as taxas de perda histórica observadas são atualizadas e as mudanças nas estimativas prospectivas são analisadas. A avaliação da correlação entre as taxas de perda histórica observadas, as condições econômicas previstas e as perdas de crédito esperadas são uma estimativa significativa. A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda de crédito da Companhia e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro. 2.2.4. Estoques: Os estoques são demonstrados pelo custo médio de aquisição, líquido dos impostos recuperáveis quando aplicáveis, os quais não superam o valor líquido de realização. 2.2.5. Imobilizado e intangível: Está demonstrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido dos impostos recuperáveis, quando aplicável, e das respectivas depreciações e amortizações. O ativo imobilizado e intangível, a depreciação e amortização é calculada pelo método linear às taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. A vida útil estimada e os métodos de depreciação e amortização são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. A Companhia efetuou a revisão das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado e intangível e as taxas atualmente adotadas estão consistentes com o ano anterior, como segue:

Descrição	Taxa de depreciação anual
Obras civis e imóveis	4%
Máquinas e equipamentos	10%
Veículos	20%
Intangível	20%

2.2.6. Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de "impairment"): A Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. 2.2.7. Fornecedores: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar dos fornecedores são apresentadas como passivo não circulante. São, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. 2.2.8. Empréstimos e financiamentos: São demonstrados pelo valor da transação acrescido dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária, conforme previsto contratualmente, incorridos até a data do balanço e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. As despesas com juros são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva ao longo do prazo do empréstimo ou financiamento. 2.2.9. Demais ativos e passivos (circulantes e não circulantes): Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. 2.2.10. Instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido, no caso de ativo financeiro ou passivo financeiro que não seja pelo valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativo financeiro ou passivo financeiro. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias: (i) Custo amortizado; (ii) Valor justo por meio do resultado; (iii) Valor justo por meio do resultado abrangente. Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Companhia ou da contraparte. 2.2.11. IRPJ e CSLL sobre o lucro Corrente: O imposto a pagar é apurado com base no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 25/04/2023



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



continuação

continuação

Composição por vencimento:	2022	2021
Descrição		
A vencer	47.592	21.183
Vencidos		
Até 30 dias	1.019	414
De 31 a 90 dias	403	82
De 91 a 180 dias	239	66
Acima de 180 dias	1.134	662
	50.387	22.407

A Administração da companhia entende que o risco relativo às contas a receber de clientes havia aumentado razoavelmente com o advento da pandemia do COVID-19. Com a abertura do mercado alguns clientes têm dificuldade de obter crédito e/ou tem suas finanças impactadas pelos parcelamentos de impostos pós pandemia. Porém a composição diluída minimiza os riscos, desta forma considera a provisão para créditos de liquidação duvidosa suficiente para cobrir eventuais perdas sobre valores a receber em aberto.

5. Estoques:	2022	2021
Mercadoria para revenda	45.107	22.312
Importação em andamento	116	102
Estoques em poder de terceiros	137	35
(-) Provisão para perda de estoques	(50)	(37)
Total	45.310	22.412

6. Investimentos:

7. Imobilizado: Composição e movimentação do imobilizado

Custo do imobilizado	Mais-valia		Equipamentos		Máquinas e		Benfeitorias em		Imobilizado em		Instala-		Móveis e		Outras imo-		Total imo-	
	imobilizado	Veículos	de informática	equipamentos	imóveis	terceiros	andamento	ações	utensílios	bilizações	bilizado							
Saldo em 30/06/2020	154	3.085	828	672	703	49	627	371	176	6.665								
(+) Incorporação Mariusso	-	1.314	226	85	13	2.058	31	64	343	4.134								
(+) Adições	-	2.326	139	177	-	120	21	18	36	2.837								
(-) Baixas	-	(138)	-	-	-	-	-	-	-	(138)								
(+/-) Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-								
Saldo em 30/06/2021	154	6.587	1.193	938	716	2.227	675	453	555	13.498								
(+) Incorporação Vinhais	-	3.354	274	409	-	-	-	144	19	4.200								
(+) Adições	-	6.540	265	4.493	-	-	-	45	18	11.361								
(-) Baixas	-	(6.570)	(56)	-	-	-	-	-	-	(6.626)								
(+/-) Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-								
Saldo em 30/06/2022	154	9.911	1.676	8.591	716	50	720	615	-	22.433								
Depreciação																		
Saldo em 30/06/2020	(154)	(1.621)	(691)	(355)	(674)	-	(220)	(181)	(123)	(4.019)								
(+) Incorporação Mariusso	-	(307)	(189)	(17)	(1)	-	(16)	(34)	(234)	(798)								
(+) Adições	-	(769)	(94)	(79)	(5)	-	(63)	(39)	(39)	(1.088)								
(-) Baixas	-	96	-	-	-	-	-	-	-	96								
Saldo em 30/06/2021	(154)	(2.601)	(974)	(451)	(680)	-	(299)	(254)	(396)	(5.809)								
(+) Incorporação Vinhais	-	(3.052)	(150)	(313)	-	-	-	(102)	-	(3.617)								
(+) Adições	-	(182)	(163)	(457)	(4)	-	(97)	(40)	-	(943)								
(-) Baixas	-	2.477	56	-	-	-	-	-	-	2.533								
(+/-) Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-								
Saldo em 30/06/2022	(154)	(3.358)	(1.231)	(1.617)	(684)	-	(396)	(396)	-	(7.836)								
Saldo em 30/06/2021	-	3.986	219	487	36	2.227	376	199	159	7.689								
Saldo em 30/06/2022	-	6.553	445	6.974	32	50	324	219	-	14.597								

8. Intangível: Composição e movimentação do intangível

Custo do intangível	Mais-valia		Mais-valia - clien-		Mais-valia - não-		Mais-valia -		Mais-valia -		Ágio -		Protei-		Carteira		Total	
	irmãos	avelino	tes - Mariusso / Solog	concorrência - Solog	- clientes - Vinhais a)	- marcas - Vinhais a)	- clientes - Vinhais b)	- marcas - Vinhais c)	- clientes - Vinhais d)	- marcas - Vinhais e)	- clientes - Vinhais f)	- marcas - Vinhais g)	- clientes - Vinhais h)	- marcas - Vinhais i)	- clientes - Vinhais j)	- marcas - Vinhais k)	- clientes - Vinhais l)	- marcas - Vinhais m)
Saldo em 30/06/2020	7.914	1.433	220	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10.483
(+) Incorporação Mariusso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	126
(+) Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.085
(+) Reclassificação (nota 6)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.857
(-) Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3)
Saldo em 30/06/2021	7.914	1.433	220	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	23.548
(+) Incorporação Vinhais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	86
(+) Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	819
(+/-) Ajuste a Valor presente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	464
Saldo em 30/06/2022	7.914	1.433	220	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	71.662
Amortização																		
Saldo em 30/06/2020	(7.914)	(948)	(146)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(9.578)
(+) Incorporação Mariusso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(42)
(+) Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(137)
Saldo em 30/06/2021	(7.914)	(1.224)	(188)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(757)
(+) Incorporação Vinhais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(61)
(+) Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(48)
(-) Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(173)
Saldo em 30/06/2022	(7.914)	(1.431)	(220)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.039)
Saldo em 30/06/2021	-	-	209	32	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.824
Saldo em 30/06/2022	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.674

a) Conforme descrito na Nota Explicativa 1, a Companhia adquiriu e incorporou a Vinhais Comércio Importação e Exportação de Alimentos Ltda., consequentemente, realizou a alocação dos ativos intangíveis de carteira de clientes e marcas e patentes, as vidas úteis definidas foram de 8,3 e 25 anos, respectivamente; b) Corresponde ao ágio gerado por expectativa futura, pelas aquisições das empresas Mariusso e Vinhais, a Companhia não identificou indicativos de impairment durante o exercício de 2022; c) Em janeiro de 2022 a Companhia adquiriu a carteira de clientes da Central Foods Alimentos, passando a deter os direitos de exploração deste ativo, com vida útil definida de 60 meses; d) Em fevereiro de 2021 a Companhia adquiriu a carteira de clientes da LM Stoq Comercial de Alimentos Ltda., passando a deter os direitos de exploração deste ativo, com vida útil definida de 53 meses. 9. Direito de uso de arrendamento:

Descrição	% - Taxa anual de amortização	2022	2021
Direitos de uso de arrendamento			
- CPC 06 (R2)	10 a 14	20.260	7.980
Depreciação acumulada		(4.604)	(3.063)
Direito de uso de arrendamento líquido		15.656	4.917
Resumo da movimentação do direito de uso de arrendamento:			
Saldo Inicial		4.917	3.519
Remensuração		12.280	2.861
Depreciação		(1.541)	(1.463)
Saldo final		15.656	4.917

10. Empréstimos e financiamentos:

Descrição	% - Taxa	2022	2021
Finame	7,44 a 13,92% a.a.	49.387	2.228
Capital de giro	9,38 a 20% a.a.	11.018	-
Total		60.405	2.228
Circulante		15.131	800
Não circulante		45.274	1.428
Garantias			
Os financiamentos possuem como garantia o aval dos quotistas da Companhia e duplicadas a receber. A composição da parcela não circulante, por ano de vencimento, pode ser assim demonstrada:			
Ano		Não circulante	
2023		3.131	
2024		3.983	
2025		38.160	
Total		45.274	

11. Obrigações tributárias:

2022	2021	
ICMS a recolher	1.601	298
Parcelamento - ICMS (a)	1.265	922
Outras obrigações	38	42
Total	2.904	1.262
Circulante	2.432	570
Não circulante	472	692

(a) A Companhia aderiu aos Parcelamentos de nº 00813057-9 e nº 00813062-2, respectivamente, protocolados no dia 15/06/20, abrangendo os débitos de ICMS dos meses de fevereiro, março e abril de 2020 divididos em 60 parcelas atualizadas com multas e juros. **Crédito tributário - Exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS período de março de 2012 a dezembro de 2017:** Em 27/07/2021 a Companhia obteve decisão em trânsito em julgado, favorável à exclusão do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) da base de apuração das contribuições do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) para o período de março de 2012 a dezembro de 2017, com referidos créditos fiscais apurados no montante de R\$ 7.195. A administração da Companhia optou por aguardar a homologação do pedido do crédito junto à Receita Federal e por não registrar o crédito correspondente, o que ocorrerá durante o exercício de 2023.

6.1. Composição dos investimentos:	Investimento		Equivalência patrimonial	
	2022	2021	2022	2021
Investida				
Vinhais Com. Imp. Exp. Alimentos Ltda.	-	-	807	-
Mariusso Com. de Alim. e Repres.	-	-	-	288
Outros investimentos	93	93	-	-
Total das participações societárias	93	93	807	288

6.2. Movimentação dos investimentos: A movimentação dos investimentos da controladora em 30/06/2022 está assim apresentada:

Descrição	%		Equivalência Incorpor-		Outros 2021
	Partic.	2020	patrimonial	ração	
Vinhais Com. Imp. Exp. Alimentos Ltda.	100	-	807	(807)	-
Outros investimentos	-	93	-	-	93
Total de participações societárias	93	93	807	(807)	93

A movimentação dos investimentos da controladora em 30/06/2021 está assim apresentada:

Descrição	%		Equivalência Incorpor-		Outros 2021
	Partic.	2020	patrimonial	ração	
Mariusso Com. de Alim. e Repres.	100	6.909	288	(7.196)	(1)
Ágio sobre rentabilidade futura (nota 8)	-	6.857	-	-	(6.857)
Outros investimentos	-	93	-	-	93
Total de participações societárias	13.859	288	(7.196)	(6.858)	93

Alíquota combinada do IRPJ e CSLL **34%** **34%**
IRPJ e CSLL apurado **(264)** **(1.415)**
 Ajustes: (+) Equivalência patrimonial **274</**

continuação

temente, o ativo não circulante, o patrimônio líquido e o resultado do exercício estão subavaliados no mesmo montante. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do**

auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabili-

dade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 09 de fevereiro de 2023.

Baker Tilly 4Partners
Audidores Independentes S.S.
CRC 2SP-031.269/O-1

Fábio Rodrigo Muralo
Contador CRC 1SP-212.827/O-0
Renato Ruiz Filiciano da Silva
Contador CRC 1SP-268.528/O-6

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br



BRDOCS

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira no lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 25/04/2023

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Via Sudeste Transportes S/A

CNPJ/MF nº 32.184.522/0001-87

Balanco Patrimonial Encerrado em 31 de dezembro (Em Reais)				Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro (Em Reais)									
	N.E.	2022	2021	Data	Título Da Conta	Capital Social	Resultado Exerc. Anterior	Resultado do Período	Reserva de Capital	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Reserva Para Contingência	Total
Ativo		432.768.967,19	413.002.026,53	02/01/2021	Transf.entre contas (fornecedor)	-	(174,72)	-	-	-	-	-	(174,72)
Ativo Circulante		247.482.082,35	211.675.897,66	18/02/2021	Transf.entre contas (processo)	-	43.333,50	-	-	-	-	-	43.333,50
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	692.225,10	707.605,07	01/03/2021	Transf.entre contas (processo)	-	20.007,00	-	-	-	-	-	20.007,00
Caixa		692.225,10	697.021,07	31/12/2021	Transf. Para Reserva de Capital	-	-	(8.076.150,39)	8.076.150,39	-	-	-	-
Banco c/movimento		-	10.584,00	31/12/2021	Transf. Para Reserva de Capital	-	-	517.244,25	(517.244,25)	-	-	-	-
Contas a Receber	5	23.839.430,83	38.851.263,24	31/12/2021	Transf. Para Reserva Legal	-	-	-	-	-	-	-	-
Contas a Receber (Sptrans)		23.839.430,83	38.851.263,24	31/12/2021	Transf. Para Reserva de Contingência	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Créditos		208.002.298,68	158.481.340,39	31/12/2021	Transf. Para Reserva Estatutária	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos Destinados a Venda	6	165.688.970,24	125.066.935,74	31/12/2021	Transf.entre contas (processo)	-	(63.165,78)	-	-	-	-	-	63.165,78
Adiantamentos Diversos	7	42.313.328,44	33.414.404,65	31/12/2021	Transf.entre contas (processo)	-	-	-	-	-	-	-	(2.644.152,50)
Mútuos	8	7.994.001,84	5.962.176,75	31/12/2021	Lucro Líquido do Exercício	-	7.558.906,14	-	-	-	-	-	7.558.906,14
Via Sul Transportes Urbanos Ltda		7.994.001,84	5.962.176,75	Saldo em 31/12/2021		24.992.000,00	-	-	16.297.251,37	1.066.715,77	-	-	-14.525.615,91
Almoxarifado	9	5.153.693,40	5.993.512,21	01/04/2022	Transf.entre contas (processo)	-	115.000,04	-	-	-	-	-	115.000,04
Despesas Pagas Antecip.		1.800.432,50	1.680.000,00	31/12/2022	Lucro Líquido do Exercício	-	-	1.242.472,39	-	-	-	-	1.242.472,39
Apropriações de Aluguéis		1.800.432,50	1.680.000,00	Saldo em 31/12/2022		24.992.000,00	115.000,04	1.242.472,39	16.297.251,37	1.066.715,77	-	-	-14.525.615,91
Não Circulante		185.286.884,84	201.326.128,87	Demonstração de Resultado do Exercício Encerrado em: 31 de dezembro (Em Reais)									
Realizável a Longo Prazo	10	1.740.273,24	5.442.412,04										
Depósitos restituíveis		1.740.273,24	894.565,59	Receita Bruta de Serviços Prestados	20	591.506.675,33	490.505.733,29	Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro (Em Reais)					
Trans com partes Relacionadas		-	4.547.846,45	(-) Deduções da Receita		(11.830.133,47)	-	1 - Atividades Operacionais					
Consórcio Via Sul		-	4.547.846,45	Receita Líquida de Serviços Prestados		579.676.541,86	490.505.733,29	A) Resultado Líquido Ajustado:					
Investimentos		5.029.498,22	2.035.579,58	(-) Custo de Operação	21	(392.014.157,60)	(298.360.598,81)	(-) Lucro líquido do exercício					
Investimentos/Terminals		5.029.498,22	2.035.579,58	(-) Custo de Fiscalização	21	(16.251.911,86)	(14.079.675,40)	(+/-) Ajuste no Patrimônio					
Imobilizado	11	178.517.113,38	193.848.137,25	(-) Custo de Manutenção	21	(27.679.041,86)	(25.810.014,92)	(+/-) Depreciação					
Imobilizado		256.013.686,92	241.376.584,89	Lucro Bruto		143.731.430,54	152.255.444,16	(=) Lucro Líquido Ajustado					
(-) Depreciação e amortização		(77.496.573,54)	(47.528.447,64)	(-) Despesas Administrativas	21	(102.250.471,99)	(113.883.160,44)	B) (Acréscimo)/Decréscimo do Ativo Circulante:					
Total Ativo:		432.768.967,19	413.002.026,53	Lucro Operacional		41.480.958,55	38.372.283,72	(-) Contas a receber					
Passivo		432.768.967,19	413.002.026,53	(+) Receitas Financeiras	20	6.740,85	22.247,69	(+) Outros Créditos					
Passivo Circulante		156.850.372,74	130.312.222,73	(-) Outras Despesas	21	(17.903.353,00)	(14.429.578,75)	(-) Débitos					
Contas a Pagar		1.866.385,93	1.682.545,50	(+) Outras Receitas	20	3.795.593,42	1.741.083,19	(-) Débitos					
Aluguel,água,luz		1.866.385,93	1.682.545,50	(-) Despesas Financeiras	21	(25.485.626,64)	(17.684.317,17)	(+/-) Total (Acréscimo)/ Décrécimo do Ativo Circulante					
Valores a Pagar		21.722.505,80	16.647.559,39	Resultado Líq. Antes do IRPJ e CSLL		1.894.313,18	8.021.718,68	C) Acréscimo/(Decréscimo) do Passivo Circulante					
Fornecedores	12	21.092.553,49	16.273.542,92	(-) IRPJ e CSLL		(651.840,79)	(462.812,54)	(-) Contas a Pagar					
Outras contas a pagar		187.198,82	1.315,73	Resultado após IRPJ e CSLL		1.242.472,39	7.558.906,14	(+/-) Fornecedores					
Serviços Profissionais		442.753,49	372.700,74	Secretaria Municipal de Transportes da Cidade de São Paulo. Sua principal fonte de receita é a remuneração recebida da São Paulo Transportes S.A. - SPTRANS, pela prestação de serviço de transporte. Considerando que esta concessionária e a Via Sul Transporte Urbano Ltda., firmaram entre si, Contrato de Aliança para Cooperação Técnica e Operacional com a finalidade de garantir a esta concessionária a capacitação técnica e operacional necessárias para atender às exigências das Concorrências 001/2015-SMT/GAB Contrato 023/19 Lote E4 , 002/2015-SMT/GAB Contrato 034/19 Lote AR5 . 2. Apresentação Das Demonstrações Contábeis – As demonstrações contábeis foram elaboradas e são apresentadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação brasileira (Lei n.º 6.404/76) que incluem os novos dispositivos, dispositivos alterados e os outros revogados pela Lei n.º 11.638 de 28 de dezembro de 2007 e Lei n.º 11.941/09 e 12.973/2014. Também foram consideradas as orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. Todos os valores são expressos em Reais. 3. Principais Práticas Contábeis – a) Ajuste a Valor Presente: Os materiais de almoxarifado estão avaliados pelo custo médio de aquisição, não superando o preço corrente de mercado. b) Imobilizado: Os bens e direitos foram registrados pelos seus custos originais de aquisição, formação ou construção. A depreciação é acumulada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil dos bens. f) Demais ativos circulantes e realizável a longo prazo: Os registros são efetuados pelo valor líquido de realização. g) Passivo Circulante e não circulante: Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores dos documentos (notas fiscais, contratos e documentos correspondentes, etc., acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais). h) Empréstimos e Financiamentos Bancários: Registra os valores principais atualizados dos contratos de financiamento, incluindo encargos financeiros incidentes até a data do balanço. i) Tributação: PIS, COFINS, Imposto de Renda e Contribuição Social. Por força da Lei nº 12.860 as contribuições para o PIS e a COFINS foram reduzidas à alíquota zero (zero), a partir de maio de 2013. Nossa empresa possuía em 31/12/2022, um número de 3.096 empregados diretos, beneficiando indiretamente um número ainda maior de famílias da Zona Sudeste de São Paulo. O benefício da desoneração da folha de pagamento para o setor de transporte através da edição da lei nº 12.546/2011, e ampliada por alterações posteriores Lei nº 12.715/2012, Lei nº 12.794/2013 e Lei nº 12.844/2013 que reduziu a contribuição patronal que era de 20% sobre a folha de pagamento para 2% sobre a Receita Operacional. O imposto de renda e contribuição social estão enquadrados no regime de tributação do Lucro Real trimestral, que utiliza as alíquotas efetivas do imposto de renda e da contribuição social sobre lucro real. j) Remuneração e Encargos. Esta conta é representada pelo saldo em 31.12.2022 dos salários, das férias, do pró-labore, dos montantes devidos ao INSS, IRRF, FGTS e outros impostos e contribuições a pagar, bem como dos valores do parcelamento de INSS vencíveis em curto prazo.									
Outras contas a pagar		187.198,82	1.315,73	Total das Atividades Operacionais		22.042.183,68	30.073.296,39	2 - Atividades de Investimento					
Serviços Profissionais		442.753,49	372.700,74	(-) Depósitos Restituíveis		(845.707,65)	21.838.518,76	(+) Transações com parte Relacionadas					
Obrigações Fiscais	13	2.251.884,62	266.370,46	(+) Transações com parte Relacionadas		4.547.846,45	8.628.867,99	(-) Investimentos					
Tributos Federais		2.237.775,19	251.953,35	(-) Investimentos		(2.993.918,64)	(526.781,23)	(-) Imobilizados					
Tributos Municipais		8.312,70	8.620,38	Total das Atividades de Investimento		(13.928.881,87)	(10.105.066,57)	3 - Atividades de Financiamento/Empréstimos					
Outros Impostos e Taxas		5.796,73	5.796,73	(-) Empréstimos e Financ. Bancários		(13.059.404,29)	(33.852.049,03)	(-) Riscos Fiscais e Outros Passivos					
Obrigações Trabalhistas	14	22.352.517,96	11.509.335,65	(-) Riscos Fiscais e Outros Passivos		8.366.585,90	22.623.201,83	(=) Total das Atividades de Financiamento					
Obrigações Trabalhistas e Prev.		22.352.517,96	11.509.335,65	Total das Atividades de Caixa e Equivalente de Caixa (1+2+3)		15.379,97	1.442.232,52	Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período					
Mútuos	15	4.777.581,82	3.389.778,31	Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Período		692.225,10	707.605,07	Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período					
Transações com Empresas		1.969.095,70	3.389.778,31										
Viação Grajau S/A		2.808.486,12	3.389.778,31										
Obrigações por Emprést.	17	103.879.496,61	96.816.633,42										
Obrigações por Empr. e Financ.		103.879.496,61	96.816.633,42										
Não Circulante		217.679.538,97	225.808.220,75										
Valores a Pagar		217.679.538,97	225.808.220,75										
Empréstimos e Financiamentos	17	128.444.153,19	141.503.557,48										
Mútuos	16	215.089,34	3.650.952,73										
Contas a pagar de processos judiciais	18	89.020.296,44	80.653.710,54										
Patrimônio Líquido	19	58.239.055,48	56.881.583,05										
Capital Social		24.992.000,00	24.992.000,00										
Reserva de Capital		16.297.251,37	16.297.251,37										
Reserva de Capital		16.297.251,37	16.297.251,37										
Reserva de Lucros		15.592.331,68	15.592.331,68										
Reserva Legal		1.066.715,77	1.066.715,77										
Reserva para contingência		14.525.615,91	14.525.615,91										
Reserva Estatutária		-	-										
Resultado acumulados		1.357.472,43	-										
Resultado de Exercício Anteriores		115.000,04	-										
Resultado de Exercício Corrente		1.242.472,39	-										
Total Passivo:		432.768.967,19	413.002.026,53										

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios findos de 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em reais)

1. Contexto Operacional – A Via Sudeste Transportes S/A, é uma empresa que tem por objetivo a exploração dos serviços de transporte coletivo de passageiros e seus atos constitutivos registrados na Jucesp em 05 de dezembro de 2018, iniciou suas operações em março de 2019 operando com cerca de 681 veículos ônibus e responsável por 51% dos passageiros transportados no sistema de ônibus municipal da área sudeste no município de São Paulo, conforme contrato de concessão com a

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Patrimonial, encerrado em 31 de dezembro de 2022, com base em documentos e informações apresentadas pela sociedade.

Francisco Parente dos Santos
Diretor

Vicente dos Anjos Dinis Ferraz
Diretor

José Crisóstomo da Silva
CRC:1SP093845/O-6

Localfrio S.A. Armazéns Gerais Frigoríficos

CNPJ/MF nº 58.317.751/0001-16 – NIRE 35.300.117.441
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária – Convocação
Ficam convocados os Senhores Acionistas da Localfrio S.A. Armazéns Gerais Frigoríficos ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, que se realizará no dia 28 de abril de 2023, às 10:00 horas, na sede social da Localfrio S.A. Armazéns Gerais Frigoríficos ("Companhia"), localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Guararapes, nº1909 – 9º andar – Cidade Monções, São Paulo/SP, CEP 04561-004, a fim de deliberar sobre: 1. Em Assembleia Geral Ordinária: a) o Relatório da Administração, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022; b) deliberar acerca da distribuição proventos, através de Juros sobre o Capital Próprio ("JCP") – referentes aos exercícios de 2022; c) a proposta dos administradores para a destinação do resultado relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022; e; d) a remuneração global anual dos administradores para o exercício social de 2022. 2. Em Assembleia Geral Extraordinária: a) eleger o Sr. **Rodrigo Casado Oliveira da Silva** para o cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia; b) reeleger os demais membros do Conselho de Administração da Companhia pelo período de mais 1 ano; c) apresentar a composição do Conselho de Administração da Companhia inscrita no CNPJ/MF nº 58.317.751/0001-16 e com NIRE 35.300.117.441; e) alterar o endereço da filial localizada na cidade de São Paulo inscrita no CNPJ/MF sob nº 58.317.751/0004-69 e com NIRE 35.901.562.725; f) alterar o endereço da filial localizada na cidade de Itajaí inscrita no CNPJ nº 58.317.751/0015-11 e com NIRE 42.901.033.892 da Companhia; g) eleger o Sr. Nicolas Bortoloto Oliveira, ao cargo de Diretor Financeiro da Companhia; h) reeleger os demais Diretores da Companhia por mais um ano; i) apresentar a composição da Diretoria da Companhia atual; j) aprovar a alteração do Artigo 13 do Estatuto Social relacionado às atribuições e poderes do Conselho de Administração da Companhia, incluindo, alteração e/ou estabelecimento da alçada de aprovação de contratação de novos empréstimos ou a rolagem de dívidas; garantias às subsidiárias; aquisição, alienação e oneração de bens e estabelecimento de deliberação sobre aumento de capital social; k) aprovar a alteração do Artigo 22 do Estatuto Social relacionado às atribuições e poderes da Diretoria da Companhia, incluindo, alteração de alçada e/ou estabelecimento para a contratação de novos empréstimos; garantias às subsidiárias; aquisição, alienação e oneração de bens; l) ratificar os atos praticados por Diretores e procuradores da Companhia; e; m) a consolidação do Estatuto Social da Companhia a fim de refletir as alterações realizadas. Informações Gerais: Os acionistas deverão apresentar à Companhia, antes ou na data de realização da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, conforme o caso: (i) documento de identidade e, conforme o caso, atos societários pertinentes que comprovem a representação legal; e (ii) instrumento de mandato com reconhecimento de firma do outorgante, acompanhado do documento de identidade do procurador e, conforme o caso, atos societários pertinentes. Encontram-se à disposição dos senhores acionistas, no departamento financeiro da Companhia, no endereço da sede, cópias de todos os documentos específicos a serem apreciados na Assembleia e referidos nesta convocação. São Paulo, 28 de abril de 2023. **Marilyna Rodrigues Vasone** – Presidente do Conselho de Administração (20, 21 e 25/04/2023)

Athena Saúde Brasil S.A.

CNPJ/ME nº 31.701.408/0001-14 – NIRE 35.300.522.681
Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 28 de abril de 2023
O Conselho de Administração da Athena Saúde Brasil S.A. ("Companhia") vem pela presente, nos termos do art. 124 da Lei 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A."), convocar os senhores Acionistas da Companhia, para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária ("Assembleia"), a ser realizada, em primeira convocação, em 28 de abril, às 10h00, de modo exclusivamente digital, por meio do aplicativo de videoconferência Zoom, conforme autorizado pela Instrução Normativa nº 81 do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração, datada de 10 de junho de 2020 ("IN DRE 81"), nos termos do art. 132, I, II e III, e do art. 289, § 3º, da Lei das S.A., para examinar, discutir e votar a seguinte ordem do dia: (i) tomar as contas dos administradores e examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022; (ii) deliberar sobre a renúncia de membro do Conselho de Administração da Companhia; (iii) fixação do número e reeleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia; (iv) deliberar sobre a remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2023; e (v) ratificar a alteração do jornal de grande circulação para a publicação dos atos societários e demais documentos do interesse social da Companhia. Nos termos do art. 126 da Lei das S.A., para participar da Assembleia, os acionistas ou seus representantes deverão apresentar à Companhia, aos cuidados do Departamento de Relacionamento com Investidores – ri@athenasaude.com.br, com no mínimo 2 (dois) dias úteis de antecedência à data de realização da Assembleia: (a) documento de identidade; (b) atos societários que comprovem a representação legal; e (c) instrumento de outorga de poderes de representação, conforme aplicável. O representante do acionista pessoa jurídica deverá apresentar cópia simples dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente: (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à Assembleia como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar procuração para que terceiro represente acionista pessoa jurídica. Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do art. 126, § 1º, da Lei das S.A. Em cumprimento ao disposto no art. 654, § 1º e § 2º da Lei nº 10.406/2002, conforme alterada ("Código Civil"), a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante. As pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no art. 126, § 1º, da Lei das S.A. As pessoas jurídicas acionistas da Companhia poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista ou advogado. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia encontram-se à disposição dos acionistas na sede social da Companhia. São Paulo/SP, 20 de abril de 2023. **Ricardo Leonel Scavazza** – Presidente do Conselho de Administração. (20, 21 e 25/04/2023)



BRDOCS

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 25/04/2023

Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Azaleia Participações S.A.				
BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31/12/2022 E 31/12/2021 (Valores expressos em Reais)				
	31/12/2022	31/12/2021		
ATIVO	61.679.086,41D	52.740.321,24D		
CIRCULANTE	844,98D	3.093.439,73D		
CAIXA	614,30D	103,80D		
CAIXA GERAL	102,80D	102,80D		
CAIXA	102,80D	102,80D		
Caixa	102,80D	102,80D		
BCOS.C/MOVIMENTO	10,01D	1,00D		
BCOS.C/MOVIMENTO	10,01D	1,00D		
Bco. Itaú S/A	10,01D	0,00		
Bco. Bradesco S/A	0,00	1,00D		
APLICAÇÕES FINANC.DE	501,49D	0,00		
LIQUIDEZ IMEDIATA	501,49D	0,00		
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	501,49D	0,00		
Banco Itaú S/A	501,49D	0,00		
OUTROS CREDITOS	230,68D	3.091.252,52D		
DIVIDENDOS A RECEBER	0,00	3.091.252,50D		
DIVIDENDOS A RECEBER	0,00	3.091.252,50D		
Santa Barbara Imóveis S.A.	0,00	3.091.252,50D		
ADIANTAMENTO A FORNECEDORES	229,90D	0,00		
ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES	229,90D	0,00		
Antecipações	229,90D	0,00		
TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR	0,78D	0,02D		
TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR	0,78D	0,02D		
IRRF s/ Aplicações Financeiras	0,78D	0,02D		
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	0,00	2.083,41D		
APLIC. FINANC. COM REND. PÓS FIXADOS	0,00	2.083,41D		
C.D.B.	0,00	2.083,41D		
Bco. Bradesco S/A	0,00	2.083,41D		
NÃO CIRCULANTE	61.678.241,43D	49.646.881,51D		
INVESTIMENTOS	61.678.241,43D	49.646.881,51D		
INVESTIMENTOS	61.678.241,43D	49.646.881,51D		
CONTROLE COLIGADAS – EQUIV. PATRIMON.	61.678.241,43D	49.646.881,51D		
Agio s/Investimento – Santa Bárbara	0,00	2.288.075,99D		
Brumado Participações Ltda.	0,00	2.803.301,04D		
Triunfo Agropecuária Ltda.	0,00	23.194.505,80D		
Santa Bárbara Imóveis Ltda.	0,00	867.867,99D		
Agio s/Investimento – Brumado	0,00	1.650.817,31D		
Agio s/Investimento – Triunfo	0,00	18.842.313,38D		
Brumado Participações S.A.	4.098.155,66D	0,00		
Triunfo Agropecuária S.A.	54.593.736,70D	0,00		
Santa Bárbara Imóveis S.A.	2.986.349,07D	0,00		
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
	CAPITAL REALIZADO		RESERVAS DE LUCROS	
	AUTORIZADO	Fundo para	DE LUCROS	Reserva
	Capital Social	Aumento de Capital	Reserva Legal	de Lucros
Saldo em 31/12/2021	26.865.777,00	0,63	1.285.661,54	21.336.316,57
Resultado do Período			596.892,05	11.937.840,99
Reserva Legal			-596.892,05	0,00
Saldo em 31/12/2022	26.865.777,00	0,63	1.882.553,59	32.677.265,51
NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO /2022.				
<p>1- CONTEXTO OPERACIONAL: A empresa tem por objeto social holdings de instituições não financeiras e aluguel de imóveis próprios.</p> <p>2- APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com os princípios fundamentais da contabilidade, observando a legislação comercial e fiscal.</p> <p>3- SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS: a) O resultado é apurado pelo regime de competência das receitas e despesas, tendo como forma de tributação o Lucro Presumido; b) A empresa não possui imobilizados em seus ativos; c) Os demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo estão demonstrados aos seus valores originais, adicionados, quando aplicáveis, pelos valores de juros e atualizações monetárias; d) Os passivos circulantes e exigíveis a longo prazo estão demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias;</p> <p>e) A equivalência patrimonial foi calculada mediante a aplicação da porcentagem da participação do contribuinte no capital da coligada ou controlada, sobre o valor de patrimônio líquido, dessa aplicação apuramos: - Resultado Positivo na Equivalência Patrimonial no valor de R\$ 12.556.917,52 referente a empresa Triunfo Agropecuária S.A., registrado no grupo Outras Receitas - Resultado Negativo na Equivalência Patrimonial no valor de R\$ 169.594,91 referente a empresa Santa Barbara Imóveis S.A. e R\$ 355.962,69 referente a empresa Brumado Participações S.A., registrado no grupo Despesas Financeiras 4- CAPITAL SOCIAL: O capital social é de R\$ 26.865.777,00 (vinte e seis milhões, oitocentos e sessenta e cinco mil, setecentos e setenta e sete reais), representado por 26.865.777 (vinte e seis milhões, oitocentos e sessenta e cinco mil, setecentos e setenta e sete reais) ações ordinárias nominativas sem valor nominal, ao preço de R\$ 1,00 (um real) cada, totalmente subscritas e integralizadas.</p>				

Comcitrus S.A.
 CNPJ/MF nº 58.578.006/0001-20 - NIRE 35.300.118.570
Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária
 Ficam convidados e convocados os senhores acionistas da Comcitrus S/A ("companhia"), a se reunirem em AGE, que será realizada no dia 05/05/2023, às 09hs, e em segunda chamada às 09hs e 30min, para deliberarem sobre o seguinte: **Ordem do Dia:** a) Deliberar sobre a reforma do estatuto social da companhia; b) Outros assuntos de interesse da Companhia. Adicionalmente informamos que, por motivo de sua sede social não apresentar condições para reuniões, ambas a assembleia será realizada na **Al. Buzios, nº 182, CEP 14708-050, Jd. do Bosque, na cidade de Bebedouro, Estado de São Paulo**, Bebedouro, 20/04/2023. José Francisco de Fátima Santos, Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente. (25, 26 e 27/04/2023)

Servgás Distribuidora de Gás S/A
 CNPJ/MF nº 55.332.811/0001-81
Assembleia Geral Ordinária – Convocação
 Ficam convocados os Senhores Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se no dia 16 de Maio de 2023, Terça-Feira, às 10:00 horas, no Hotel Ibis São Paulo Expo, com endereço na Rua Eduardo Viana, 163 – Barra Funda – São Paulo/SP – Telefone (11) 3393.7300, por motivo de força maior, decorrente de reparos na sede administrativa, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: I – Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31/12/2022. II – Destinação do resultado líquido do exercício social encerrado em 31/12/2022. III – Outros assuntos. Guarulhos/SP, 13 de Abril de 2023. Demetrio Augusto Zacharias – Diretor Presidente (24, 25 e 26/04/2023)

Prime Company Soluções em Tecnologias Integradas S/A
 CNPJ/MF nº 09.556.146/0001-92
Convocação de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária
 A Prime Company Soluções em Tecnologias Integradas S/A., convoca todos os seus membros e os acionistas para uma Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada no dia 28/04/2023, às 14h30, no seguinte endereço: **Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 1.912 – Sala 213, Jardim Paulistano, São Paulo-SP, CEP: 01451-907. A Pauta da reunião será a seguinte: (A) Em Assembleia Geral Ordinária: (i) Apresentação de contas e demonstrações contábeis relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022; (ii) Destinação dos resultados da Companhia, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022; (B) Em Assembleia Geral Extraordinária: (iii) Suspensão de direitos dos sócios remissos, nos termos do art. 120 da Lei 6.404/76. (iv) Outros assuntos de interesse da Companhia. Os membros e os acionistas deverão estar presentes ou representados por meio de procuração, conforme as normas estatutárias. A participação na reunião pode ser feita por meio virtual, conforme autorizado pelo estatuto da organização. Os documentos referentes aos itens da pauta da Assembleia Geral ordinária e Extraordinária estão disponíveis para consulta dos membros e os acionistas na sede da empresa, nos dias úteis, no horário comercial. São Paulo, 20/04/2023. Sallen Viegas de Moraes – CPF: 006.903.741-86 (20, 21 e 25/04/2023)**

Sintel Tecnologia e Informação S/A.
 CNPJ/MF nº 58.048.000/0001-41 – NIRE 35.300.459.750
Ata de Assembleia Geral Ordinária realizada em 03/04/2023
1. Data, Hora e Local: Aos 03 dias, do mês de abril de 2023, às 10:00 horas, em sua sede social, na cidade de São Caetano do Sul, na Rua Manoel Coelho 676, Centro, CEP 09510-101. **2. Convocação:** Dispensada a publicação do Edital de Convocação, em conformidade com o disposto no artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404/76. **3. Presença:** Acionistas presentes representando a totalidade do Capital Social. **4. Mesa:** Presidida por Carlos Wagner dos Santos e Secretariada por José Antônio Costardi dos Santos. **5. Ordem do Dia: Ordinária:** (a) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir, e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31.12.2022; (b) Deliberar acerca da destinação do resultado do exercício social findo em 31.12.2022. **6. Deliberações Ordinárias:** Os Acionistas, por unanimidade de votos e sem reservas, com a abstenção dos legalmente impedidos, aprovam as contas apresentadas pelos administradores, bem como as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2022, cujas publicações foram realizadas em 28/03/2023, no jornal Data Mercantil, nas páginas 06, 07 e 08. Aprovam o Resultado do exercício social supracitado. **8. Encerramento:** Nada mais havendo tratar, foi lavrada a presente ata na forma de sumário, que foi por todos os presentes lida, aprovada e assinada, ficando autorizada a sua publicação com omissão das assinaturas dos presentes (artigo 130, § 2º, da Lei nº 6.404/76). Acionistas: Carlos Wagner dos Santos e José Antônio Costardi dos Santos. "A presente é cópia fiel da original lavrada em livro próprio". São Paulo, 03 de abril de 2023. Ass.: Carlos Wagner dos Santos – Presidente; José Antônio Costardi dos Santos – Secretário. JUICESP – Registrado sob o nº 147.083/23-0 em 14/04/2023. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Tam Aviação Executiva e Táxi Aéreo S.A.
 CNPJ/MF nº 52.045.457/0001-16 – NIRE 35.300.026.373
Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária
 Ficam convocados os Senhores Acionistas da Tam Aviação Executiva e Táxi Aéreo S.A. ("Companhia") a se reunirem às 09:00, do dia 28 de abril de 2023, na sede social, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Monsenhor Antonio Pepe, nº 94, Parque Jabaquara, facultada a participação digital através do link <https://us02web.zoom.us/j/84994689394?pwd=M2s5S1NxcMETHCTdM4MTFNGSkzd09>, bem como a assinatura da respectiva Ata por meio digital a ser disponibilizada, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o relatório da administração, as demonstrações financeiras e o parecer dos auditores independentes relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; b. Destinação do lucro apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; c. Reeleição dos membros da Diretoria; d. Remuneração dos administradores da Companhia. A Companhia informa que se encontram à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Companhia os documentos elencados na Lei 6.404/76. São Paulo, 20 de abril de 2023. Leonardo Rosendo Fiuzza – Diretor (20, 21 e 25/04/2023)

Caltabiano McLarty Participações S.A.
 CNPJ/MF nº 07.133.841/0001-16 – NIRE 35.300.319.796
Convocação – Assembleia Geral Ordinária
 Convocamos os acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a realizar-se no dia 02/05/2023 às 11 horas, na forma virtual, nos termos tutelados pela Lei 14.030/2020 e Instrução Normativa DREI nº 81/2020, para deliberarem sobre o exame, discussão e votação das demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31/12/2022 e deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31/12/2022. A Assembleia Geral Ordinária será realizada por intermédio da Plataforma Google Meet. Cada acionista receberá um convite eletrônico, onde constará o endereço eletrônico para que o Acionista tenha acesso ao ambiente virtual da Assembleia Geral Ordinária. O ambiente estará disponível para acesso com 30 (trinta) minutos de antecedência ao dia e horário constantes nesta Convocação. Considerando a realização da Assembleia Geral Ordinária por meio virtual, os documentos a serem examinados serão encaminhados via correio eletrônico dos Acionistas no dia 24/04/2023. São Paulo, 20/04/2023. Alessandro Portella Maia – Diretor Presidente. (20, 21 e 25/04/2023)



BRDOCS

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 25/04/2023

Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



FCBPC Holding S.A.

CNPJ/MF nº 45.240.072/0001-44 – NIRE 35.300.586.239

Edital de Convocação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da FCBPC Holding S.A. a ser realizada em 5 de maio de 2023

Ficam convocados os Senhores Acionistas detentores de ações ordinárias da FCBPC Holding S.A. ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia ("Assembleia") na forma do Estatuto Social e do Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia, bem como, nos termos do artigo 132 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."). A Assembleia será realizada, em primeira convocação, no dia 05 de maio de 2023, às 10h00, de forma semipresencial, podendo o voto ser exercido pelos acionistas presencialmente, na sede da Companhia, localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Magalhães de Castro, nº 4.800, Continental Tower, 9º andar, conjunto 91, sala 17, Cidade Jardim, CEP 05.676-120, ou por videoconferência, por meio do link a ser previamente disponibilizado pela Companhia, conforme autorizado pela Instrução Normativa nº 81 do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração, datada de 10 de junho de 2020 ("IN DREI 81/20"), nos termos do art. 124, § 2º-A, da Lei das S.A., para examinar, discutir e deliberar sobre as seguintes matérias constantes da ordem do dia: **(1) Em Sede de Assembleia Geral Ordinária:** a) tomar as contas dos administradores, o relatório da administração consubstanciado nas demonstrações financeiras da Companhia e examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022; b) a proposta de destinação dos resultados da Companhia relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022; e c) a verba global da remuneração da administração da Companhia referente ao exercício social de 2023. **(2) Em Sede de Assembleia Geral Extraordinária:** d) a homologação parcial do aumento do capital social da Companhia, no montante de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), mediante a emissão de 200.000.000 (duzentas milhões) de novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, a um preço de emissão de R\$ 0,10 (dez centavos de real) por ação, fixado conforme o art. 170, § 1º, inciso II, da Lei das S.A. e nos termos e condições aprovados na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de março de 2023 ("Aumento de Capital Autorizado"); e) a alteração da redação do caput do art. 5º do Estatuto Social da Companhia em decorrência da homologação parcial do Aumento de Capital Autorizado. **Documentos para Participação da Assembleia.** 1.1. A Assembleia será realizada na modalidade semipresencial e os acionistas da Companhia poderão optar por participar da Assembleia por uma das seguintes formas: (i) pessoalmente ou por videoconferência; ou (ii) por procurador devidamente constituído. O acionista da Companhia que optar por participar da Assembleia pessoalmente deverá apresentar documentação que comprove a sua identidade, com foto, no caso de pessoa física, ou estatuto social/contrato social e a documentação societária que comprove a sua representação legal, no caso de pessoa jurídica. 1.2. Os acionistas que optem por participar da Assembleia por videoconferência deverão, além de apresentar por e-mail os documentos indicados no item 1.1 acima, deverão informar por e-mail à Companhia para o endereço eletrônico juridico@souqista.com.br, com 3 (três) dias de antecedência da data designada para realização da Assembleia, em primeira convocação, seu interesse em participar da Assembleia por videoconferência. Os acionistas que não enviarem e-mail no prazo acima indicado estarão impossibilitados de participar da Assembleia por videoconferência. 1.2.1. A Companhia enviará, por e-mail, as instruções, o link e a senha necessários para participação do acionista por meio da plataforma digital somente àqueles acionistas que tenham apresentado corretamente sua solicitação no prazo e nas condições acima. O link e senha recebidos serão pessoais e não poderão ser compartilhados sob pena de responsabilização. 1.3. Para os casos em que o acionista da Companhia opte por ser representado por procurador, além dos documentos indicados no item 1.1 acima, deverá ser apresentado também o instrumento de mandato. 1.4. Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do art. 126, § 1º, da Lei das S.A. Em cumprimento ao disposto no art. 654, §§ 1º e 2º da Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante. 1.5. Os acionistas da Companhia deverão encaminhar à Companhia, por meio do endereço eletrônico juridico@souqista.com.br, os documentos comprobatórios mencionados nos itens acima, com 3 (três) dias de antecedência da data designada para realização, em primeira convocação, da Assembleia. Não obstante os prazos para encaminhamento dos documentos de representação indicados nos itens acima, os acionistas da Companhia poderão participar presencialmente da Assembleia, desde que apresentem os documentos até o horário de início da Assembleia, ainda que tenha deixado de enviá-los previamente, nos termos da regulamentação aplicável. 1.6. Para todos os efeitos legais, considerar-se-á presente na Assembleia o acionista que, pessoalmente, por videoconferência ou por meio de seu procurador, registre presencialmente sua presença na data e horário da Assembleia. **2. Documentos à disposição dos Acionistas.** 2.1. Todos os documentos e informações relacionados às matérias referidas acima encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, conforme aviso de acionistas publicado em 29 de março de 2023. São Paulo, 24 de abril de 2023. **Eduardo Dal Sasso Mendonça Cruz** – Presidente do Conselho de Administração. (21, 25 e 26/04/2023)

Trend Viagens Operadora de Turismo S.A.

CNPJ/ME nº 19.918.590/0001-25 - NIRE 35.300.508.491

Ata da Reunião da Diretoria Realizada em 06 de Abril de 2023

1. Data, Hora e Local: Aos 06 dias de abril de 2023, às 9:00 horas, em reunião realizada por meio de videoconferência nos termos do artigo 12, parágrafo 3º, do Estatuto Social da Trend Viagens Operadora de Turismo S.A. ("Companhia"). **2. Convocação e Presença:** Convocação dispensada, tendo em vista a presença de todos os membros da Diretoria da Companhia. **3. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Marcelo Kopel e secretariados pela Sra. Julia Amadi Soares. **4. Ordem do Dia e Deliberações:** os diretores presentes, por unanimidade de votos, sem quaisquer reservas ou ressalvas, tomaram as seguintes deliberações: (i) Aprovar, nos termos do artigo 12 do Estatuto Social da Companhia, a prestação de garantias reais pela Companhia, mediante a celebração do contrato de cessão fiduciária ("Contrato de Cessão Fiduciária"), em que a Companhia figura como cedente, para fins de garantir o pagamento integral e tempestivo de 13,30% (treze inteiros e trinta centésimos por cento) do Valor Nominal Unitário (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária) ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária), devidos pela CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. ("CVC Brasil") aos Debenturistas por força do Instrumento Particular de Escritura da 4ª (Quarta) Emissão de Debêntures Não Conversíveis em Ações, em até Duas Séries, da Espécie Quirográfrica, para Distribuição Pública com Esforços Restritos da CVC Brasil, celebrado em 29 de março de 2019, conforme aditado ("Escritura 4ª Emissão") e do Instrumento Particular de Escritura da 5ª (Quinta) Emissão de Debêntures Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirográfrica, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da CVC Brasil, celebrado em 21 de janeiro de 2021, conforme aditado ("Escritura 5ª Emissão"), sem considerar, portanto, a Remuneração (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária) e outros custos ou encargos que possam ser devidos aos Debenturistas (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária) ("Obrigações Garantidas"). Em garantia do fiel, integral e pontual cumprimento das Obrigações Garantidas, a Companhia, por meio do Contrato de Cessão Fiduciária e na melhor forma de direito, em caráter irrevogável e irretroatável, de modo pro-solvendo, nos termos do artigo 66 B, parágrafos 3º, 4º, 5º e 6º, da Lei nº 4.728, dos artigos 18 a 20 da Lei 9.514, do artigo 1.361 e seguintes do Código Civil, do Decreto-Lei nº 911 e da Resolução do Banco Central do Brasil nº 264, de 25 de novembro de 2022 ("Resolução BCB 264"), transfere e cede fiduciariamente às Cessionárias (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária), livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou restrições, com exceção dos ônus constituídos pelo Contrato de Cessão Fiduciária (os incisos abaixo, em conjunto, "Créditos Cedidos Fiduciariamente"): (a) Direitos de crédito, presentes e futuros, decorrentes de transações de compra e venda de bens e serviços já efetuadas, nesta data, ou que venham a ser efetuadas durante a vigência das Debêntures 4ª Emissão (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária) e das Debêntures 5ª Emissão (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária), por meio de cartões de crédito, representados por unidade de recebíveis que atendam aos critérios de elegibilidade elencados na Cláusula 1.2 do Contrato de Cessão Fiduciária ("UBs"), que estarão identificados nos registros eletrônicos disponibilizados pelas Cessionárias junto a determinada central registradora a ser indicada pela CVC Brasil, desde que referida registradora observe a regulamentação do Banco Central do Brasil, em especial a Resolução nº 4.734 de 27 de junho de 2019, da Resolução BCB 264, incluindo, mas não se limitando, à convenção entre entidades registradoras ("Entidade Registradora"), em quantidade suficiente para manutenção do Montante da Cessão Fiduciária (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária) até o integral cumprimento das Obrigações Garantidas ("Recebíveis dos Cartões"), observado o disposto na Cláusula 3.1 do Contrato de Cessão Fiduciária; (b) todos e quaisquer recursos que vierem a ser depositados em contas correntes a serem abertas e mantidas junto ao Banco Citibank S.A., instituição financeira com sede na Avenida Paulista, nº 1111, 2º Andar (parte), Bela Vista, CEP 01311-920, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 33.479.023/0001-80, na qualidade de banco depositário e administrador ("Banco Administrador"), de titularidade das Cedentes (em conjunto, "Contas Arrecadoras"), no prazo de até 60 (sessenta) dias contados da data de assinatura do Contrato de Cessão Fiduciária nas quais transitarão obrigatoriamente os Recebíveis dos Cartões, bem como os Investimentos Permitidos (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária), incluindo recursos eventualmente em trânsito nas Contas Arrecadoras, ou em compensação bancária, inclusive eventuais acréscimos ou valores, seja a que título for, incluindo, mas não se limitando a multa, juros e demais encargos a eles relacionados, líquidos de tarifas e comissões devidas ("Direitos das Contas Arrecadoras"); e (c) todos os Investimentos Permitidos que sejam constituídos para formação de Cash Collateral (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária). (ii) Autorizar a diretoria da Companhia ou seus procuradores, conforme o caso, a praticar perante qualquer entidade todos os atos necessários para a outorga da garantia real ora aprovada, incluindo, mas não se limitando à celebração do Contrato de Cessão Fiduciária, bem como celebrar aditamentos ao referido instrumento, registrar e averbar o Contrato de Cessão Fiduciária, podendo praticar todos os atos necessários para a sua perfeita eficácia. **5. Lavratura e Aprovação da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente deu por encerrada a Reunião da Diretoria, da qual se lavrou a presente ata. A presente ata é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. Santo André/SP, 06 de abril de 2023. Mesa: Sr. Marcelo Kopel - Presidente, Sra. Julia Amadi Soares - Secretária. **JUCESP** nº 148.686/23-0 em 18/04/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira no lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 25/04/2023



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



BRDOCS